

Más Allá...

Comunicação e governos progressistas na América Latina

Por Denis Gerson Simões* e Gislene Moreira**.

Em entrevista exclusiva à Revista Eptic, o professor e pesquisador Dênis de Moraes, da Universidade Federal Fluminense, falou dos resultados de três anos de incursões por sete países da América Latina, para investigar e avaliar as políticas de comunicação de governos progressistas. As conclusões da pesquisa estão no livro *A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios*, publicado em 2009. Para Dênis, é impossível pensar em uma comunicação democrática na região sem olhar para as alternativas de países como Venezuela, Bolívia e Equador, que, a seu ver, estão reorientando as políticas públicas numa perspectiva antimonopólica e favorável à diversidade informativa e cultural. Essas e outras reflexões podem ser encontradas na reveladora conversa a seguir, realizada em Porto Alegre por ocasião do lançamento do livro *Mutações do visível: da comunicação de massa à comunicação em rede*, organizado por Dênis de Moraes e que tem como co-autores Antônio Fausto Neto, Bernard Miège, Jesús Martín-Barbero, Lorenzo Vilches, Manuel Castells, Martín Becerra e Valério Cruz Brittos. O debate sobre o novo livro foi promovido pelo Grupo de Pesquisa Comunicação, Economia Política e Sociedade (CEPOS), do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos.

Eptic: A partir do seu estudo para o livro *A batalha da mídia*, o que poderia nos dizer do atual cenário comunicacional na América Latina?

Dênis de Moraes: Nós podemos perceber, na área de comunicação, reflexos dos processos de transformação na América Latina nesta década. Processos que resultaram de mobilizações de setores organizados da sociedade civil e de revoltas populares contra a prevalência do modelo neoliberal e suas terríveis consequências sociais, em países como Equador, México, Argentina e Bolívia. Também contribuíram para essa reação a resistência do pensamento crítico e outras formas de reivindicação e pressão, como o Fórum Social Mundial. Finalmente, tivemos o prolongamento à

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), membro do Grupo de Pesquisa CEPOS (apoiado pela Ford Foundation) e licenciando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: <denis@portal25.com>.

** Doutoranda em Ciências Políticas pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO-México). Graduada em Comunicação Social, é mestre em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Também integra o CEPOS, grupo de pesquisa em Economia, Política e Sociedade da UNISINOS. E-mail: gislene.moreira@flacso.edu.mx

área de comunicação das preocupações com a transformação, no bojo de movimentos políticos e culturais que buscam construir uma outra visão do processo histórico, da produção simbólica, do desenvolvimento econômico e da vida social. Há uma grande variedade de experiências, em função de contextos e ações específicos. Não há uma unicidade; acho até bom que seja assim, pois as várias propostas evidenciam experimentos de luta emancipatória.

Eptic: Em que países os progressos em matéria de políticas públicas de comunicação são mais acentuados?

Dênis de Moraes: A maior parte dos avanços se concentra no eixo da esperança (a expressão é do sociólogo argentino Atilio Boron e eu a endosso) formado pelos governos de esquerda de Venezuela, Bolívia e Equador. Nestes países, há esperanças de transformação e emancipação, com vistas à construção de um outro tipo de sociedade, uma sociedade socialista, não mercantilizada, que não se fundamenta no dinheiro, no lucro, na reificação e na alienação. Estão em andamento experiências de transição progressiva para modelos baseados em economia mista e maior interferência do Estado nas atividades essenciais e na condução de processos de desenvolvimento sociocultural e econômico que possam combater e reverter desigualdades e exclusões. O eixo da esperança foi muito focalizado na minha pesquisa, e é claro que, ao se estabelecer a análise comparativa, percebemos que nos três países há uma configuração política e cultural mais avançada, e por isso lá se produz, se veicula, se regula, se interfere e se resiste muito mais do que em outros países. Mas isso absolutamente não me levou a ignorar progressos consideráveis que estão acontecendo em países vizinhos, no campo das políticas de comunicação, no sentido de controlar, tentar barrar, tentar deter a concentração dos setores de informação e entretenimento. Infelizmente, a América Latina tem uma tradição histórica de forte concentração dos meios de comunicação nas mãos de dinastias familiares, em parceria e cumplicidade com grandes grupos privados norte-americanos e elites conservadoras. Daí as campanhas agressivas e difamatórias das corporações de mídia contra governos que se dispõem a enfrentar o seu poderio.

Eptic: Antes de falar nos resultados, como foi o processo que norteou a pesquisa?

Denis de Moraes: A pesquisa teve como definição prévia levantar e averiguar ações e proposições governamentais que visam reestruturar, reconceber e realinhar os sistemas de comunicação em sete países com governos progressistas (Venezuela, Bolívia, Equador, Argentina, Uruguai, Chile, Nicarágua e Brasil). Ressalto que muitas dessas políticas públicas decorrem de reivindicações e pressões dos movimentos sociais, do mesmo modo que em alguns países há um fortalecimento expressivo da comunicação alternativa e comunitária. Mas o esforço de investigação foi feito para mostrar que é possível, a partir da revitalização do Estado como espaço ético-político

voltado à justiça social, ao desenvolvimento inclusivo e à diversidade cultural, construir uma comunicação mais plural e não mercantilizada.

Optei por uma abordagem comparativa das experiências, a fim de destacar aquilo que fosse mais significativo, que representasse mudanças estruturais, conjunturais ou permanentes, ao mesmo tempo proporcionando uma visão de conjunto dos processos em curso. A pesquisa foi, simultaneamente, presencial e virtual, levando em consideração que, pelo menos no meu campo de estudos, é impossível deixar de utilizar metodologias de pesquisa virtual. São ferramentas de consultas sistemáticas a diferentes bases de dados, fontes informativas e acervos audiovisuais, atualizando-se constantemente os materiais obtidos e explorando o sentido dinâmico que as ações na Internet possibilitam. A pesquisa de campo tradicional, viabilizada por um decisivo apoio da Fundação Ford, foi muito útil para verificar, ao vivo, o que está acontecendo naqueles países, levantar informações e documentações, fazer entrevistas e contatos com autoridades governamentais, organismos da sociedade civil e pesquisadores afins. Conteí também com a ajuda de bolsistas de iniciação científica do CNPq para monitorar, diariamente, os sites dos principais governos progressistas, com atenção redobrada para a Venezuela, que tem o sistema de comunicação estatal mais abrangente.

Eptic: O estudo aborda conceitos complexos, como Políticas Públicas de Comunicação e Governos Progressistas. Como foram definidos esses termos?

Ao acompanhar as ações dos governos progressistas, considerei que políticas públicas de comunicação, atualmente, são um somatório de informação e difusão cultural. Ficou claro para mim que é preciso haver um caráter integrador, abrangente e dialético, na medida em que as políticas de comunicação e as políticas culturais cada vez mais se ampliam, se integram e se complementam numa época de midiatização e de convergência digital. Sob o título genérico “políticas de comunicação”, incluí as políticas públicas de produção e difusão culturais, procurando englobá-las no quadro geral da produção simbólica.

Outra questão foi definir o que são governos progressistas e quais os que se ajustavam, em maior ou menor grau, ao figurino de transformação da América Latina. Adotei o seguinte sentido para a palavra progressista: uma linha de pensamento que se comprometa explicitamente com tudo o quanto se possa mudar, transformar e humanizar na sociedade. Desde o início, eu estava advertido de que existiam e existem diferenças entre os governos progressistas. Há controvérsias sobre o governo Lula, quando confrontado, por exemplo, com os de Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa. Prevaleceu o entendimento de que deveria ser incluído na pesquisa como governo progressista, considerando que Lula foi eleito e reeleito com as bandeiras da justiça social, do desenvolvimento inclusivo e da diversidade cultural. Se seu governo traduz, não traduz, ou traduz insatisfatoriamente, essas bandeiras, é uma outra discussão. Acredito apresentar um quadro realista e equilibrado da tímida atuação do governo Lula no plano das políticas de comunicação. Fico

satisfeito de saber que, mesmo em setores governamentais e entre apoiadores de Lula, A batalha da mídia foi recebido com respeito e até com elogios, sendo que, um ano depois de lançado o livro, não houve qualquer reparo ou contestação por parte do sistema oficial de comunicação. Isso mostra que o livro faz críticas objetivas e creio que justas, mas ao mesmo tempo menciona avanços localizados, circunstanciais e tópicos alcançados pelo governo Lula.

Eptic: E que mudanças mais significativas destacaria?

Dênis de Moraes: Os governos de Venezuela, Bolívia e Equador são os mais ativos na rejeição à mercantilização da informação e ao monopólio privado da mídia e ao seu predomínio desmedido na sociedade. Naqueles três países, as novas legislações visam democratizar as concessões de canais de rádio e televisão, além de se adotarem medidas para estimular meios alternativos e comunitários, apoiar a divulgação de conteúdos regionais e locais, revalorizar os meios públicos e fomentar a produção audiovisual independente. A Lei do Audiovisual da Venezuela coíbe o controle da distribuição e da exibição cinematográficas por cartéis norte-americanos, garantindo reserva de mercado para filmes nacionais e latino-americanos e instituindo taxaço dos lucros dos cartéis. A cadeia de 30 emissoras de rádios dos povos originários da Bolívia, criada pelo presidente Evo Morales e operada em regime de autogestão, resgata tradições culturais e favorece a expressão comunitária. As redes culturais comunitárias, promovidas pelos governos de Chávez e Correa, instituíram circuitos itinerantes de difusão cultural em todo o interior da Venezuela e do Equador. Com diferenças de focos e intensidades, observamos iniciativas relevantes em outros países, como, por exemplo, a lei geral de comunicação da Argentina, de clara inspiração antimonopólica e antioligopólica; a legislação de radiodifusão comunitária do Uruguai, considerada uma das mais avançadas do mundo; os inovadores canais estatais de televisão educativa e cultural Encuentro, na Argentina, e Vive TV, na Venezuela; o programa de apoio ao audiovisual independente no Brasil; os fundos de financiamento à produção independente para televisão e à regionalização da mídia patrocinados pela ex-presidente Michelle Bachelet no Chile; as modalidades de integração e intercâmbios entre órgãos públicos latino-americanos, como acontece no canal multiestatal Telesur, entre agências de notícias e emissoras de televisão estatais e com os mecanismos de coprodução e codistribuição cinematográficas.

Eptic: Como podemos avaliar a participação do Brasil nesse cenário?

O governo Lula pouco fez para modificar o nosso elitista sistema de comunicação. Aí estão a anacrônica legislação de radiodifusão e as renovações quase automáticas de outorgas de canais de rádio e televisão. Houve progressos, como o citado apoio à produção audiovisual independente e a criação dos pontos de cultura e de mídia livre, além de uma participação relativamente maior da mídia alternativa nas verbas de publicidade e patrocínios oficiais. A TV Brasil é um projeto

interessante, e o presidente Lula acertou ao avalizá-lo, derrotando as pressões dos grupos midiáticos, que tudo fizeram para desqualificar um canal de televisão desvinculado de regras mercadológicas – portanto, mais favorável à diversidade cultural. Mas a programação tímida, os problemas de gestão, a falta de autonomia financeira e a insuficiente participação de organismos da sociedade civil no conselho consultivo têm dificultado o desenvolvimento da emissora. A Conferência Nacional de Comunicação foi um fato positivo em termos de discussão e proposição de medidas democratizadoras, embora eu seja cético quanto à disposição governamental de implementar pelo menos uma parte delas, em ano eleitoral e a meses de Lula terminar o mandato.